

## Relações entre estilos parentais e juízo moral de adolescentes

*Relations between parenting styles and adolescents' moral judgment*

**Aline Kadooka**

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Rita Melissa Lepre**

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Vítor De Moraes Alves Evangelista**

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

---

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é analisar as relações entre os estilos parentais e o nível de desenvolvimento moral de adolescentes. Participaram dessa pesquisa 55 jovens entre 11 e 17 anos matriculados em um Programa Social do município de Assis-SP. Como instrumentos foram utilizados: a Escala de Exigência e Responsividade e o *Defining Issues Test* (DIT-2). Os resultados obtidos nessa pesquisa apontam que os participantes apresentaram principalmente um nível de raciocínio moral pré-convenção e convencional. Já em relação aos estilos parentais, diríamos que os pais autoritativos e negligentes foram os mais prevalentes. Por fim, encontramos uma relação entre o Esquema de Interesse pessoal e a exigência materna. Esses resultados sugerem a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Estilos parentais. Desenvolvimento moral. Adolescentes.

**Abstract:** This article aims to analyze the relationship between parenting styles and adolescents' moral judgment development levels. 55 young people aged between 11 and 17 and enrolled in a Social Program from the city of Assis, in the Brazilian state of São Paulo, participated in this research. The instruments used were Respondingness and Demandingness Scale and the Defining Issues Test (DIT-2). The results obtained in this study indicate that the participants mainly showed a level of pre-conventional and conventional moral reasoning. In relation to parenting styles we would say that the authoritative and neglectful parents were the most prevalent. Finally, we found a relationship between Personal Interest Schema and maternal requirement. The results suggest the need for further research on the topic.

**Keywords:** Parenting styles. Moral development. Adolescents.

---

## Introdução

Há nos discursos dos pais uma constante indagação sobre como educar os seus filhos. Tais discursos demonstram suas inseguranças e dificuldades para exercerem os seus papéis e ações, principalmente quando o quesito é autoridade e imposição de limites. Sabe-se que os limites na educação são, sem dúvida, fundamentais na formação do indivíduo. (LA TAILLE, 1998, 2002; SILVA, 2009). A palavra “limites” está em voga no contexto “como educar uma criança”; este destaque se dá por uma série de dificuldades e dilemas que os responsáveis enfrentam na hora que precisam lidar com questões que envolvem a obediência, o respeito e a disciplina. Os adultos não estão confiantes sobre o que é certo ou errado.

Para Camino, Camino e Moraes (2003), a atual conjuntura do nosso país revela um conjunto de crises políticas e econômicas; mas, entrelaçada a essas, vem se desenvolvendo uma forte crise de valores morais. Acredita-se que essa crise moral é decorrente, em parte, da configuração atual do capitalismo. Esses autores buscam em Apel (1992) e Habermas (1973;1978) respostas para tal crise. De acordo com o primeiro, o capitalismo gerou progressos técnicos e científicos, porém esqueceu-se de criar uma ética compatível, fundada na cooperação e na responsabilidade solidária. Já Habermas (1978) acredita que o capitalismo neoliberal propiciou a manutenção de uma ética voltada para os valores especificamente burgueses, que promoveu, por exemplo, atitudes individualistas, opiniões despolitizadas na vida pública e adesão a valores dirigidos ao consumo. Esse clima de insegurança e incerteza distancia a criança do contato com a moral e com os deveres, já que os adultos acabam por esconder os seus próprios valores. Esses pontos são muito pertinentes à educação moral (LA TAILLE, 1998; 2002) e a sua relação com os estilos e as práticas parentais.

As práticas educativas parentais são um padrão global de características adotadas pelos pais para socializar, controlar ou desenvolver valores e atitudes em seus filhos e se constitui pelo intermédio da interação dos pais com a criança parental (CECCONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; DARLING; STEINBERG,1993; HART, et al., 1998).

Segundo Maccoby e Martin (1983), os primeiros trabalhos realizados sobre o assunto referiam a existência de duas dimensões fundamentais nas práticas educativas parentais: a primeira relacionada a atitudes coercitivas, tais como punição física e gritos, e outra ligada a atitudes afetivas, como mostrar desapontamento, orgulho e dar afeto contingente às situações. Vitali (2004), no entanto, enfatiza que o divisor de águas nessa temática ocorreu a partir do modelo teórico criado por Baumrind, responsável por incorporar os três aspectos atualmente conhecidos. Baumrind (1966), dedicou-se a estudar os efeitos do controle parental sobre o desenvolvimento do comportamento infantil e, tendo como base sua pesquisa realizada com crianças pré-escolares e os seus

respectivos pais, descreveu uma primeira tipologia classificatória de identificação dos estilos parentais. São eles: autoritativos, autoritários e permissivos.

Maccoby & Martin (1983) foram responsáveis por reformular os estilos caracterizados por Baumrind (1966). Eles analisaram os estilos parentais em termos do cruzamento das dimensões exigência e responsividade. A responsividade está relacionada a atitudes afetivas; refere-se à compreensão que os pais manifestam com seus filhos, à sincronicidade dessa relação e à capacidade dos pais em serem contingentes ao atender às necessidades e às particularidades dos filhos, visando, por meio de apoio emocional, beneficiar o desenvolvimento da autonomia e da autoafirmação dos mesmos. Enquanto a exigência é aquela que diz respeito às atitudes coercitivas, à disponibilidade dos pais para controlar o comportamento dos filhos, estabelecendo regras e impondo-lhes limites, através de supervisão/monitoramento, estabelecimento de expectativas de desempenho, cobrança e da disciplina (DARLING & STEINBERG, 1993; COSTA, TEIXEIRA; GOMES, 2000; TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004; PACHECO, SILVEIRA; SCHNEIDER, 2008).

Maccoby e Martin (1983) propuseram também a separação do estilo permissivo em dois: indulgente e negligente. Tal modificação alterou as classificações de três para quatro estilos de criação de filhos pelos pais: autoritativo, autoritário, indulgente e negligente. De acordo com eles, teríamos: a) autoritativos: correspondem aos pais que apresentam altos níveis de exigência e responsividade; b) autoritários: são aqueles que possuem alto nível de exigência e baixo nível de responsividade; c) indulgentes: são os que têm, como características, baixo nível de exigência e alto nível de responsividade; portanto, raramente fazem exigências e oferecem apoio afetivo incondicional; d) negligentes: são aqueles que demonstram baixos níveis de exigência e baixo nível de responsividade; usualmente não apresentam nenhum tipo de exigência e ainda não são afetuosos.

Maccoby e Martin (1983) e Baumrind (1966) defendem a influência do estilo parental no comportamento das crianças e relacionam os tipos negligente e indulgente a problemas no desenvolvimento dos filhos, enquanto pais autoritativos geram crianças mais competentes nos quesitos emocional e social. Já quanto ao estilo autoritário, eles relataram alguns distúrbios cognitivos e emocionais no desenvolvimento da criança, tais como: hostilidade, dependência, problemas de personalidade, nervosismo, etc. (MACCOBY; MARTIN, 1983), enquanto crianças pré-escolares demonstraram ser menos satisfeitas e seguras, além de mais propensas a se tornarem hostis quando estão sob estresse. Além disso, tendem a ser menos populares e menos solícitos com os seus colegas (BAUMRIND, 1966).

A família, como um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, exerce um papel fundamental no processo de desenvolvimento infante-juvenil. Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência na transmissão de

valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades e, também, pelo modelamento de atitudes, valores morais e culturais e normas de conduta (BAUMRIND, 1996; AMAZONAS, et al., 2003; DESSEN E POLONIA, 2007; KREPPNER, 2000).

Acredita-se que os estilos parentais, mediante as experiências vivenciadas na interação entre pais e filhos, participam da construção dos referenciais de conduta da criança e, posteriormente, do adolescente. Dessa relação poderá emergir tanto o desenvolvimento de habilidades positivas, ou também de comportamentos de risco ou considerados inadequados (SILVA, 2009). De acordo com Gomide (2003) e Prust e Gomide (2007), na prática educativa os pais, ao interagirem com seus filhos ou por meio de seus próprios comportamentos, transmitem normas e valores às crianças que serão generalizados em outras circunstâncias. Szymanski (2004) ressalta a necessidade de considerarmos a família como foco de atenção psicoeducacional, direcionando o processo de socialização ao convívio familiar através das práticas educativas cuja finalidade consiste na transmissão de valores, crenças e hábitos que serão úteis para o convívio dos filhos na sociedade. Para Menin (1996), moralmente falando, os pais podem ser bons ou péssimos modelos, já que são inevitavelmente exemplos para as crianças. As ações, os julgamentos e os valores que os pais expressam influenciarão o modo de ser da criança.

O presente estudo tem como objetivo analisar as relações entre o juízo moral de adolescentes frequentadores de uma instituição socioeducativa e os estilos. Justifica-se pela necessidade de dados objetivos e auxiliares para o dimensionamento de questões relativas ao desenvolvimento moral e suas possíveis relações com os estilos parentais, provendo a produção de conhecimento indispensável ao desenvolvimento de novos estudos, além de poder contribuir para o planejamento de programas e orientações voltados aos pais e adolescentes.

## **Método**

Fizeram parte deste estudo 55 adolescentes integrantes de um Programa Social do município de Assis - SP. Tal projeto atende adolescentes entre 11 e 17 anos. As famílias dos jovens deste estudo habitam nos bairros periféricos do município, considerados como territórios críticos pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS (São Paulo, 2000). O IPVS é um indicador proveniente da combinação de fatores socioeconômicos e demográficos com o intuito de fornecer uma visão das condições no interior do município e reconhecer quais áreas populacionais estão mais vulneráveis à pobreza. Como critérios apontados para essa classificação, podemos citar: condições precárias de moradia, focos de drogadição, baixa renda familiar, baixa escolaridade, dentre outras.

O critério utilizado para chegarmos a esse número levou em consideração a quantidade de jovens que frequentavam assiduamente a instituição. Os critérios de inclusão e exclusão propostos foram seguidos: estar matriculado no Projeto; entregar o TCLE e estar presente no dia da aplicação. Os alunos do projeto dividiram-se em duas turmas. A primeira, matutina, contou com a participação de 34 adolescentes entre 11 e 14 anos. Já a segunda, vespertina, cuja faixa etária era de 11 a 17 anos, teve a participação de 21 jovens.

Para a realização da pesquisa utilizamos dois instrumentos de coleta de dados: a Escala de Exigência e Responsividade (LAMBORN, et al., 1991) traduzida e validada no Brasil por Costa, Teixeira e Gomes (2000) e o DIT-2 (Defining Issues Test - 2, Rest e Narvaez, (1998), traduzido e adaptado por Biaggio, Shimizu e Martinez (2001).

A Escala de Exigência e Responsividade avalia os estilos parentais (padrão de comportamento) de acordo com as dimensões responsividade (capacidade dos pais serem contingentes ao atender às necessidades dos filhos) e exigência (estabelecimento de limites e regras), os quais permitem a classificação de quatro estilos parentais: a) autoritativo (níveis elevados de exigência e responsividade); b) autoritário (alto nível de exigência e baixa responsividade); c) indulgente (baixo nível de exigência e alto nível de responsividade); e d) negligente (baixos níveis de exigência e responsividade). Trata-se uma escala de autorrelato, composta por 24 frases sobre atitudes de pais e mães, sendo 12 relacionados à exigência e 12 à responsividade, a serem respondidas pelo adolescente de acordo com o que mais se aproxima da sua opinião relativa ao comportamento dos pais.

O DIT 2 foi elaborado a partir de uma abordagem neokohlberguiana. Fundamentalmente, Rest e Narvaez (1998), ao contrário de Kohlberg (1992) que descreve o desenvolvimento moral em estágios, apresentam uma definição de esquemas de desenvolvimento (esquema de interesse pessoal, de manutenção das normas e pós-convencional). Os esquemas neokohlberguianos são divididos em 3 e derivados dos seguintes estágios de Kohlberg: a) Interesse Pessoal - Estágios 2 e 3 de Kohlberg; b) Manutenção das Normas – Estágio 4; c) Pensamento Pós-convencional – Estágios 5 e 6.

O DIT-2 é constituído por cinco dilemas. Em cada dilema o sujeito deve avaliar a ação do protagonista das histórias. O DIT-2 é um instrumento de avaliação de juízo moral que possibilita a visualização dos padrões de respostas dos respondentes em cada estágio do raciocínio moral. As análises foram concentradas nos quatro índices (esquemas) principais, que seriam: Interesse Pessoal ou Nível Pré-convencional; Manutenção das Normas ou Nível Convencional; Índice P (estágios 5 e 6) ou Nível Pós-Convencional; e Índice N2, que é um novo indexador que avalia não só a

prioridade de respostas do esquema pós-convencional, mas também o quanto os sujeitos tendem a rejeitar os itens com argumentações de níveis inferiores.

A aplicação dos instrumentos foi realizada na sede da instituição, após serem autorizadas formalmente pela direção e consentidas pelos pais ou responsáveis dos adolescentes. Os benefícios e objetivos da pesquisa foram previamente explicitados. A aplicação ocorreu coletivamente e teve duração média de 90 minutos. Os testes foram depositados pelos próprios jovens em envelopes comuns, e lacrados pelo aplicador da sala, garantindo assim o anonimato e a não divulgação, sob quaisquer circunstâncias, de sua identidade para outras pessoas ou entidades.

O projeto foi submetido à aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 20142813.9.0000.5401).

## **Análise dos Dados**

Os dados foram analisados por meio de medidas descritivas e testes estatísticos (frequências, número de indivíduos, porcentagem, estatística inferencial, média e desvio-padrão). Utilizamos os programas Statistica 8.0 e o SPSS 20 para tal finalidade. Foram aplicados 55 questionários entre os adolescentes do Projeto. Em uma pré-análise foram invalidados 15 questionários. Como critério de exclusão foi utilizado o não preenchimento de respostas essenciais do DIT-2 e também os questionários deixados em branco. Dessa forma, foram obtidos 40 questionários válidos para análise.

## **Resultados e Discussão**

A idade média dos adolescentes participantes corresponde a 13 anos, sendo a idade mínima dos participantes de 11 anos e a máxima de 17 anos; 35% desses estão compreendidos na faixa etária de 11 e 12 anos, enquanto 60% se encontram entre os 13 e 15 anos e, apenas, 5% possuem 16 ou 17 anos. Temos, ainda, a idade média materna e paterna, que corresponde a 38 e 40 anos, respectivamente. No que diz respeito à escolaridade, 75% da população amostral está localizada entre o 7º e o 9º ano, 15% no 5º e 6º ano e, somente, um aluno está no 2º colegial (2,5%); a partir desses dados podemos afirmar que grande parte da população estudada encontra-se no Ensino Fundamental. Além disso, 92,5% dos sujeitos frequentam a escola pública, 2,5% estudam numa escola privada e 5% optaram por não responder. Ao compararmos os nossos dados com os de Silva (2009), observamos uma diminuição na defasagem escolar dos adolescentes frequentadores do projeto social: foram 20% do nosso estudo contra 37,1% do estudo da autora. Outra característica encontrada é a diferença entre os sexos nesse mesmo quesito, visto que no estudo de Silva (2009) a defasagem escolar era de 31,2% nas meninas contra 40% nos meninos (Tabela 1).

Ainda na Tabela 1, no que se refere à religião, 19 respondentes (47,5%) relataram ser evangélicos, 13 (32,5%) católicos, 7 (17,5%) não sabiam ou deixaram em branco e 1 (2,5%) diz não possuir nenhuma religião. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os dados relativos à religião do Censo demográfico de 2010 demonstraram a ascensão de outras religiões frente à católica (Evangélica, Espírita e sem religião). Desde o início do século XX, a religião evangélica tem se expandido, enquanto a católica, decrescido. Esta redução foi observada em todas as regiões do país; no entanto, mesmo com esse decréscimo, a religião católica ainda é a prevalente (64,6% em 2010). Os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu em 2000; eles representavam 15,4% da população e, em 2010, esse número chegou a 22,2%. Em relação às dimensões religião versus rendimento mensal domiciliar per capita, temos: 63,7% dos evangélicos pentecostais concentrados na faixa de até um salário mínimo, o que significa que eles são o grupo com a maior proporção de pessoas nessa classe de rendimento. No outro extremo, o das classes de rendimento acima de cinco salários mínimos, destaca-se o percentual observado para as pessoas que se declararam espíritas (19,7%).

**Tabela 1** - Caracterização sociodemográfica da amostra

Variável	Adolescentes Pesquisados	
	N (%)	
<b>Sexo</b>		
Masculino	20 (50,0)	
Feminino	20 (50,0)	
<b>Idade Média (DP)</b>		
Adolescente	13,1 (1,5)	
Mãe	38 (7,3)	
Pai	40 (7,5)	
<b>Faixa Etária</b>		
11 a 12	14 (35,0)	
13 a 15	24 (60,0)	
16 a 17	2 (5,0)	
<b>Seriação Escolar</b>		
5º ano	1 (2,5)	
6º ano	5 (12,5)	
7º ano	10 (25,0)	
8º ano	9 (22,5)	
9º ano	11 (27,5)	
2º Colegial	1 (2,5)	
Em branco	3 (7,5)	
<b>Escola</b>		
Pública	37 (92,5)	
Privada	1 (2,5)	
Em branco	2 (5,0)	
<b>Religião</b>		
Evangélica	19 (47,5)	
Católica	13 (32,5)	
Não sabe	1 (2,5)	
Não tem	1 (2,5)	
Em branco	6 (15,0)	

Fonte: Dados da Pesquisa



Na análise da Escala de Exigência e Responsividade foi utilizado o Teste t para comparar diferenças entre os sexos com relação às dimensões de exigência e responsividade. Não foram encontradas diferenças significativas nesse quesito; no entanto, as médias dos escores apontam que as meninas pontuaram mais alto na exigência materna (41,4) e na responsividade paterna (28,9) e materna (43,0), enquanto os meninos atribuíram escores mais altos para a exigência paterna (26,7) e, exigência e responsividade combinada (66,0 e 67,9; respectivamente). Esses resultados sugerem que, na visão dos adolescentes, mesmo sendo pequena a diferença entre as médias dos meninos e das meninas, o pai demonstra ser mais exigente com os meninos (26,7) e mais responsivo com as meninas (28,9); ao contrário das mães, que são mais exigentes (41,4) e mais responsivas com as meninas (43,0). Já nas médias combinadas (pai+mãe), notamos uma maior exigência (66,0) e uma maior responsividade (67,9) com os meninos. O nosso estudo se mostrou um pouco diferente dos resultados de Weber et al. (2004), no qual os autores encontraram uma diferença significativa entre gênero e a exigência combinada – pai e mãe ( $t=-2,429$ ;  $p=0,016$ ), concluindo que os pais são um pouco mais exigentes com as meninas do que com os meninos. Já na dimensão de responsividade não encontraram diferenças significativas entre os gêneros ( $t=-0,982$ ;  $p=0,328$ ), demonstrando que os pais são tão responsivos com os filhos quanto com as filhas (Tabela 2).

**Tabela 2** - Centralidade e variabilidade para as Escalas de Exigência e Responsividade.

VARIÁVEIS	Categoria	Meninas			Meninos			Total		
		md	$\bar{x}$	dp	md	$\bar{x}$	dp	md	$\bar{x}$	Dp
EXIGÊNCIA	Paterna*	33,0	26,2	18,7	32,0	26,7	17,0	33,0	26,5	17,5
	Materna*	42,0	41,4	5,8	40,5	39,3	5,8	41,0	40,3	5,8
	Combinada**	55,0	59,7	21,1	65,0	66,0	17,6	63,5	62,8	19,2
RESPONSIVIDADE	Paterna*	38,5	28,9	19,4	35,5	26,6	19,5	38,5	27,5	19,2
	Materna*	44,0	43,0	4,7	43,0	41,3	5,9	44,0	42,2	5,3
	Combinada**	55,0	63,2	21,4	70,0	67,9	21,55	64,5	65,5	21,3

md – mediana;  $\bar{x}$  – média; dp – desvio padrão; \*O escore máximo para as categorias “materna e paterna” é 48,0; \*\*enquanto para “combinada” é 96,0.

De modo geral, considerando as médias obtidas na exigência e responsividade paternas e maternas, observa-se que os filhos têm visto as mães como mais exigentes e responsivas do que os pais, já que receberam escores mais altos. Esse dado está de acordo com outros estudos realizados nessa área (TEIXEIRA; BARDAGI; GOMES, 2004; PACHECO; SILVEIRA; SCHNEIDER, 2008; SILVA, 2009).

Na Tabela 3 podemos observar quais os estilos mais prevalentes entre as mães, os pais e os dois combinados. Dentre os estilos das mães, o mais prevalente foi o



autoritativo (42,5%), seguido pelo negligente (37,5%), indulgente (12,5%) e, por último, o autoritário (7,5%). Já com relação aos pais, 37,5 % foram classificados como negligentes, 35% como autoritativos, 7,0% autoritários e 5% indulgentes. Nos escores combinados, obtivemos quase a metade no estilo autoritativo (45,0%), 37,5% negligentes, 12,5% autoritários e, apenas, 5% são considerados indulgentes.

**Tabela 3** - Estilos parentais para mães, pais e combinados

	Autoritativo n (%)	Autoritário n (%)	Indulgente n (%)	Negligente n (%)
<b>MÃE</b>	17 (42,5)	3 (7,5)	5 (12,5)	15 (37,5)
<b>PAI</b>	14 (35,0)	3 (7,5)	2 (5,0)	15 (37,5)
<b>COM BINA DOS</b>	18 (45,0)	5 (12,5)	2 (5,0)	15 (37,5)

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados do DIT- 2 sobre os esquemas predominantes de juízo moral dos adolescentes participantes indicam que quase metade (47,5%) dos adolescentes foram classificados como “tipo 3”, o que significa que a maior parte dos nossos sujeitos tem como esquema predominante a manutenção das normas ou convencional (Estágio 4), mas transicional, porém com o nível de interesse pessoal ou pré-convencional (Estágio 2 e 3) como segundo esquema. Obtivemos também 22,5% enquadrados no “tipo 2” (predominante em Interesse Pessoal, mas transicional), o que significa que essa parcela da população utiliza mais o esquema pré-convencional para a resolução dos seus conflitos morais. E, por fim, com níveis mais altos de desenvolvimento moral, tivemos empatados com 2,5% cada, o “tipo 5” (predominante em Manutenção das Normas, mas transicional e Pós-convencional como segundo esquema) e o “tipo 6” (predominante em Pós-Convencional, mas transicional). Devemos ressaltar, ainda, que todos os sujeitos investigados foram apontados como em transição. Isso significa que o sujeito tem preferência por um determinado estágio, mas ainda não se consolidou nele, apresentando também características de outro estágio (Tabela 4). Não foram encontrados, nessa pesquisa, tipos de perfis 1, 4 e tipo 7.

**Tabela 4** - Esquemas predominantes de juízo moral

Tipo	Esquema predominante	N	%
2	Predominante em Interesse Pessoal, mas transicional	9	22,5
3	Predominante em Manutenção das Normas, mas transicional; Interesse Pessoal como segundo esquema	19	47,5
5	Predominante em Manutenção das Normas, mas transicional; Pós-convencional como segundo esquema	1	2,5
6	Predominante em Pós Convencional, mas transicional	1	2,5

Fonte: Dados da Pesquisa

Como podemos verificar na Tabela 4, apenas 30 adolescentes conseguiram responder corretamente ao DIT-2. Para Shimizu (2002), o DIT-2 é um teste que exige um maior nível de compreensão de leitura e de interpretação de texto. Além disso, a autora também questiona a adequação do teste à realidade brasileira, já que os índices alcançados pelas amostras americanas são significativamente superiores às nossas. Dessa forma, concordamos com a autora sobre a necessidade de uma melhor adequação do teste à realidade brasileira, com o intuito de minorar as dificuldades de compreensão do mesmo.

Em nossa pesquisa, o esquema de manutenção das normas foi o mais prevalente entre os participantes, o que não difere muito das pesquisas realizadas no Brasil (SHIMIZU, 2002, 2004; RIQUE et al., 2013). De acordo com Shimizu (2002), o nível convencional, representado pelos Estágios 3 e 4 da abordagem kohlberguiana é o prevalente na população de adolescentes e adultos da sociedade atual, lembrando que o estágio 3 é a “moralidade do bom garoto, da aprovação social e das relações interpessoais. O comportamento moralmente certo é o que ganha a aprovação de outros[...]” (BIAGGIO, 1997, p. 4). Já o estágio 4 é relacionado à orientação para a lei e a ordem; portanto, deve-se cumprir o dever para a manutenção da ordem social. Nesse estágio há um grande respeito pela autoridade e pelas regras fixas. Ele é o predominante entre os adultos (BIAGGIO, 1997).

Para a análise do cruzamento entre as duas variáveis (estilo parental e o nível de raciocínio moral), foi utilizado o Coeficiente de Correlação de Pearson, do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas, que mede o grau e a direção entre os fatores. Como representante do índice do estilo parental, selecionamos os escores totais obtidos na escala de exigência ou de responsividade (materna, paterna ou combinada) e no DIT-2 utilizamos os índices de interesse pessoal, manutenção das normas, índice P e N2 (Tabela 5 e Tabela 6).

**Tabela 5** - Correlação de Pearson entre a Exigência materna, paterna e combinada e os esquemas morais.

Esquemas	Exigência		
	Materna	Paterna	Combinado
Interesse pessoal	r= 0,34*	r= - 0,06	r= 0,10
Manutenção das normas	r= - 0,17	r= 0,10	r= - 0,13
Índice p	r= - 0,14	r= 0,15	r= 0,24
N2	r= - 0,23	r= 0,04	r= 0,07

\*Diferença estatisticamente significativa  $p < 0,05$

**Tabela 6** - Correlação de Pearson entre a Responsividade materna, paterna e combinada e os esquemas morais.

Esquemas	Responsividade		
	Materna	Paterna	Combinado
Interesse pessoal	r= 0,12	r= - 0,05	r= 0,04
Manutenção das normas	r= 0,02	r= 0,19	r= - 0,2
Índice p	r= - 0,17	r= 0,00	r= 0,12
N2	r= - 0,23	r= - 0,10	r= - 0,03

\*Diferença estatisticamente significativa  $p < 0,05$ 

Conforme as Tabelas 5 e 6, os resultados obtidos indicam uma correlação positiva entre a Exigência Materna e o Esquema de Interesse Pessoal (nível pré-convencional – considerado o mais baixo dos 3 níveis). Embora a princípio essa correlação cause estranhamento, devemos observar alguns dos itens que compõe a Escala: “Tem a última palavra quando discordamos sobre um assunto importante a meu respeito”; “Faz valer as suas opiniões sem muita discussão”; “Me pune de algum modo se desobedeço uma orientação sua”, etc. Tais questões de exigência, de certa maneira, utilizam frases cujos verbos centrais são: impor, exigir, controlar e punir. Convém ressaltar ainda, que no Esquema de Interesse Pessoal, o valor e a regra moral são pautados no poder físico de quem estipula a regra e nos acontecimentos externos. Destaca-se o uso da heteronomia, do individualismo, e da intenção instrumental e de troca. O sujeito evita romper as normas, não por reconhecê-las, mas para evitar ser castigado (LIMA, 2004).

Por todas essas razões, entendemos que atingir um alto escore nessa escala, não seja condizente com um maior nível de desenvolvimento moral, e muito menos da autonomia moral. Essas atitudes que compõe a Escala de exigência nos remetem as relações advindas da moral de coação ou moral do dever, em que prevalece o respeito unilateral que leva à regra coercitiva. As regras são obrigatórias e oriundas da relação de poder de um ser superior sobre um ser inferior. Os sujeitos, portanto, respeitariam as regras pelo medo de quem as impõe. Esse tipo de respeito resulta numa forma de juízo moral heterônoma, ao contrário do respeito mútuo, em que as regras são vivenciadas em relações de cooperação, são elaboradas internamente e são maleáveis e mutáveis.

Outro fator primordial na análise é a questão do destaque da figura materna. Para a população do estudo, a figura materna exerce grande destaque, sendo que 95% dos adolescentes a consideraram como o seu principal responsável, a avó obteve 40%, e em relação ao pai, esse índice atingiu 35%. A ausência paterna também foi indicada nos resultados da Escala de Exigência e Responsividade. Vários adolescentes deixaram

em branco ou zeraram as questões paternas. Como o estilo combinado deriva da soma dos escores da mãe e do pai, este também foi influenciado.

Além do cruzamento entre os Esquemas morais e a Escala de Exigência e Responsividade, realizamos também outras análises estatísticas. Para verificar se as médias nos três esquemas morais (Interesse Pessoal, Manutenção das Normas e Pós-convencional) possuíam alguma diferença significativa ao se relacionarem com os três estilos parentais (Permissivos, Autoritativos e Autoritários) utilizamos a Análise de Variância (ANOVA). Para esse cálculo, transformamos em permissivos os pais considerados negligentes e indulgentes, o que pode ser justificado pelo baixo número de pais indulgentes encontrado. Entretanto, em nossa pesquisa, não verificamos a existência de alterações significativas. Hawkings (2005) investigou a influência dos estilos parentais sobre o nível de desenvolvimento moral de estudantes universitários utilizando da mesma classificação de estilos parentais no cruzamento desses dados. Os seus resultados estão em concordância com os nossos. De acordo com os dados do autor, acessados pela análise de correlação de Pearson, o estilo parental permissivo combinado se relacionou significativamente a maiores índices de N2 ( $r = 0,16$  e  $p = 0,03$ ). Seu estudo também confirmou que não existem relações significativas entre o estilo autoritativo e maiores índices de desenvolvimento moral. Tínhamos como hipótese inicial que a inferência de do estilo parental Autoritativo estaria relacionado a maiores índices do esquema pós-convencional, o que não se confirmou nesse estudo. De acordo com os resultados, os filhos que “classificaram” as suas mães como permissivas obtiveram as maiores médias no nível pós-convencional.

## **Considerações Finais**

A intenção desta pesquisa foi, principalmente, a de iniciar um debate acerca da importância dos estilos parentais no nível de desenvolvimento moral de crianças e adolescentes.

Piaget (1994) mostra que a criança vem ao mundo com uma ausência total de regras (anomalia) e, com o passar dos anos, aprende que algumas coisas podem ou não ser feitas. As regras emanam dos pais e o medo da perda do afeto ou da punição e do castigo, além do amor que sentem pelos pais, são alguns dos fatores que as impulsionam a agir em conformidade com as regras. Essa fase de controle essencialmente externo é chamada de heteronomia. Somente quando o adolescente é capaz de ter um autocontrole das regras, independente do olhar dos adultos ou de outras circunstâncias, tais como pressões sociais, mudanças de contextos ou mudança das pessoas envolvidas, é que dizemos que o desenvolvimento moral foi bem sucedido, ou seja, o sujeito atingiu a autonomia moral.

É inegável, a importância da intervenção dos pais em situações moralmente conflitantes, pois são eles que instruirão a criança sobre como agir em tais ocasiões. Os pais podem agir de várias maneiras, mas indagamos se uma verdadeira autonomia moral pode ser construída em relações onde os pais prezem somente pela obediência às regras, sem nenhum diálogo ou discussão. De acordo com os dados encontrados, isso não seria possível. O exigir, impor, fazer valer os atos sem nenhuma discussão ou diálogo não são favoráveis ao desenvolvimento moral.

Outro dado que emanou de nossa pesquisa é o aparecimento de um número considerável de pais negligentes, o que vem a corroborar com as discussões propostas por La Taille (1998). Segundo o autor, faltam aos jovens figuras de referência e, acima de tudo, existe uma carência na sociedade em relação a tudo aquilo que denominamos como limites.

Vemos que todos esses fatores juntos, ausência paterna, crise de valores ou valores em crise, falta de limites, sociedade individualista, etc. criam um ambiente desfavorável para um maior desenvolvimento moral dos jovens. Podemos relacionar tais eventos ao fato de que a população do estudo esteja concentrada nos esquemas pré-convencionais e convencionais.

Além desses fatores, creditamos também esses resultados às dificuldades enfrentadas pelos sujeitos para entender o que foi proposto pelo DIT-2, fato que nos leva a pensar na necessidade de melhor adequação do instrumento à realidade brasileira. Entendemos que a nossa pesquisa apenas assinalou algumas questões pertinentes à psicologia e aos estudos relacionados à moralidade humana, sendo necessário, portanto, a realização de novas investigações, de modo a prover um maior aprofundamento nessa temática.

## Referências

AMAZONAS, M. C. L. D. A. et al. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicologia em Estudo**, v. 8, p. 11-20, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722003000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300003&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1807-0329. Acessado em 20 de junho de 2019 <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300003>.

APEL, K.O. **Estudos de moral moderna**. Vozes, 1994. ISBN 8532611478.

BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. **Child Development**, p. 887-907, 1966. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1126611>>. DOI: 10.2307/1126611>. Acessado em 09 de junho de 2020.

BIAGGIO, A. M. B.; SHIMIZU, A. M.; MARTINEZ, T. M. **DIT-2 Opiniões sobre problemas sociais: Tradução e adaptação do Defining Issues Test-2**. Minneapolis, MN, USA: Center for the Study of Ethical Development-University of Minnesota. (Autores da versão original: J. Rest & D. Narvaez, 1998). 2001.

BIAGGIO, A. M. B. Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. Vol. 10, n. 1, p. 47-69, 1997.

CAMINO, Cleonice.; CAMINO, Leoncio.; MORAES, Raquel. Moralidade e socialização: Estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social eo julgamento moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 41-61, 2003. Porto Alegre , v. 16, n. 1, p. 41-61, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722003000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 21 Junho de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722003000100006>.

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722003000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 21 de Junho de 2020. < <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>>.

COSTA, F. T.; TEIXEIRA, M. A.; GOMES, W. B. Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 13, n. 3, p. 465-473, 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722000000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300014&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000300014>.

DARLING, Nancy; STEINBERG, Laurence. Parenting style as context: An integrative model. **Psychological Bulletin**, v. 113, n. 3, p. 487, 1993.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. D. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 13 de Dezembro de 2019. GOMIDE, P. I. C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In A. Del Prette, & Z. A. P. Del Prette (Orgs.), **Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem**: questões conceituais, avaliações e intervenção. Campinas: Alínea, 2003,p.21-60.

HABERMAS, Jürgen. **Raison et légitimité**. Problème de légitimation dans le capitalisme avancé. Paris: Payot, 1978.

HART, C. H. et al. Overt and relational aggression in Russian nursery-school-age children: Parenting style and marital linkages. **Developmental Psychology**, v. 34, n. 4, p. 687, 1998.

HAWKINS, S. M. **The Influence of Parenting Styles on the Development of Moral Judgment in College Level Adolescents**. Doctoral Dissertations and Projects. 158. Disponível em <https://digitalcommons.liberty.edu/doctoral/158> 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOHLBERG, L. **Psicología del desarrollo moral**. 1992. ISBN 843300932X.

KREPPNER, K. **The child and the family: Interdependence in developmental pathways**. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 11-22, 2000. Disponível em



<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722000000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 30 de Agosto de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000100003>.

LAMBORN, S. D. et al. Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. **Child Development**, v. 62, n. 5, p. 1049-1065, 1991.

LA TAILLE, Y. **Limites: três dimensões educacionais**. Ática, 1998. ISBN 8508071884.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação psicológica dos "limites" do domínio moral: os sentidos da restrição e da superação. **Educar em Revista**, n. 19, p. 23-37, 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602002000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602002000100003&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.244>

LIMA, V. A. A. D. De Piaget a Gilligan: retrospectiva do desenvolvimento moral em psicologia um caminho para o estudo das virtudes. **Psicologia: ciência e profissão**, 24(3), 12-23, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 10 de janeiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000300003>.

MACCOBY, E. E.; MARTIN, J. A. Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. **Handbook of child psychology: formerly Carmichael's Manual of child psychology**/Paul H. Mussen, editor, 1983.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores. In: **Cinco Estudos de Educação Moral**. Coleção Psicologia e Educação. 2a ed. Casa do Psicólogo. São Paulo, 1999.

PACHECO, J. T.B.; SILVEIRA, L. M. de O. B.; SCHNEIDER, A. M. de A. Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v.39, n.1, p 66-73, jan/mar. 2008.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Grupo Editorial Summus, 1994. ISBN 8532304575.

PRUST, L. W.; GOMIDE, P. I. C. Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. **Estud. Psicol.**(Campinas), v. 24, n. 1, p. 53-60, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2007000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 abril de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100006>.

REST, J. R.; NARVAEZ, D. **Guide for DIT-2**. Center for the Study of Ethical Development, University of Minnesota. Minneapolis, MN. 1998.

RIQUE, J.; CAMINO, C. P. D. S.; MOREIRA, P. D. L.; DE ABREU, E. L. Julgamento moral de jovens em diferentes contextos políticos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 65(2). 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672013000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 21 jun. 2020.

SHIMIZU, A. M. Defining Issues Test-2: fidedignidade da versão brasileira e ponderações acerca de seu uso em pesquisas sobre moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17(1), 5-14.2004. Disponível em



<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722004000100003>.

\_\_\_\_\_. A. M. **Representações sociais e julgamentos morais de jovens: Um estudo intercultural comparando duas abordagens teórico-metodológicas** (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil: 2002.

SILVA, C. M. R. **Família, Adolescência e os Estilos Parentais**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP, Brasil: 2009.

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares e o sentido da constituição identitária. **Paidéia**, v. 16, n. 33, p. 81-90, 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2006000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em Junho de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000100011>.

TEIXEIRA, M. A. P.; BARDAGI, M. P.; GOMES, W. B. **Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidas na adolescência**. Avaliação Psicológica, v.3, n.1, p.01-12, 2004. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-4712004000100001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-4712004000100001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 21 jun. 2020.

VITALI, I. **Como nossos pais?** A transmissão intergeracional dos estilos parentais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

---

#### Sobre os autores:

**Aline Kadooka** é Mestre e Doutora em Psicologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP - Assis.

**Rita Melissa Lepre** é Livre-Docente em Psicologia da Educação, Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília (2005). É Professora Associada da Universidade Estadual Paulista, no Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências - Campus Bauru. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Assis e do Mestrado Profissional em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências - Unesp/Bauru.

**Vítor De Morais Alves Evangelista** é Mestre e Doutor em Psicologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP - Assis. Pós-doutorando no Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências - Campus Bauru.

*Recebido em: 22/06/2020*

*Aceito em: 30/09/2020*